
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LETICIA RIBEIRO CORRÊA

**ADOECIMENTO DOCENTE: SUAS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS**



Rio Claro
2019

LETICIA RIBEIRO CORRÊA

ADOECIMENTO DOCENTE: SUAS CAUSAS E
CONSEQUÊNCIAS

Orientadora: Prof. Dra. Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de
Biotecnologia da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Campus de Rio Claro, para obtenção
do grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2019

C824a

Corrêa, Letícia Ribeiro

ADOCIMENTO DOCENTE: SUAS CAUSAS E
CONSEQUÊNCIAS / Letícia Ribeiro Corrêa. -- Rio Claro, 2019
27 p.

Trabalho de conclusão de curso (-) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Docentes. 2. Ambiente escolar. 3. Educador. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser luz na minha vida e por proporcionar que eu chegasse até aqui. Aos meus familiares que tornaram esse trajeto mais fácil e não pouparam esforços para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Agradeço também a minha namorada que esteve comigo durante todo esse período e foi o meu suporte emocional e uma grande parceira de trabalho e de vida. Aos meus colegas e companheiros de caminhada, que fizeram da minha jornada estudantil um grande marco.

O meu muito obrigada aos meus professores que estavam sempre dispostos a me ajudar e contribuíram com meu aprendizado e formação docente. Em especial a minha querida orientadora que dedicou-se a esse trabalho tanto quanto eu e me possibilitou as ferramentas necessárias para a conclusão deste. Também levarei no meu coração esta instituição e tudo que a mesma me proporcionou.

Sê forte e corajoso, não temas nem te espante, pois o Senhor teu Deus é contigo por onde quer que andes (Josué 1:9)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o trabalho docente na educação básica atual, identificando as causas que levam ao adoecimento docente e as consequências que esse adoecimento gera em todo o sistema educacional brasileiro. A pesquisa foi de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de livros, teses e dissertações, bem como artigos em periódicos científicos. O trabalho analisa como as questões da lógica gerencialista e as condições de trabalho dos professores podem levar ao adoecimento da categoria docente, que sofre atualmente com o desprestígio da profissão.

Palavras-chave: Adoecimento docente, Professores, Sistema educacional

ABSTRACT

This research aimed to analyze the teaching work in the current basic education, identifying the causes that lead to the teaching illness and the consequences that this illness generates in the whole Brazilian educational system. The research was qualitative, based on bibliographic review of books, theses and dissertations, as well as articles in scientific journals.

Keywords: Teaching illness, Teachers, Educational system

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
O GERENCIALISMO E O ADOECIMENTO DOCENTE	10
CONDIÇÕES DE TRABALHO E DESVALORIZAÇÃO SALARIAL.....	15
CONSEQUÊNCIAS DO ADOECIMENTO DOCENTE PARA O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

Falar sobre adoecimento docente nos dias atuais é muito necessário, visto que com o passar dos anos, cada vez mais se tem ouvido falar sobre casos de professores com problemas psicológicos e de saúde. Em seus estudos, Antunes (2014), após analisar dados quantitativos fornecidos pela Associação dos professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP) nos mostra que de 2011 até abril de 2013, em média 3,3 professores adoecem por dia no Estado de São Paulo.

Esse adoecimento é decorrente das más condições de trabalho na qual são submetidos e também das questões políticas que englobam o cotidiano dos mesmos, como o modelo de gestão gerencial, a necessidade de cumprimento de metas e a desvalorização salarial.

“Os profissionais do ensino em sua maioria parecem estar desmotivados e questionam, constantemente, a respeito da valorização de si mesmo e de sua classe profissional como um todo” (MENESTRINA; MENESTRINA, 2001, p.10).

As salas de aula superlotadas, a falta de recursos e estrutura para se trabalhar, as intensas jornadas duplas de trabalho e o não reconhecimento salarial levam os profissionais da educação básica a ficarem cada vez mais cansados, desmotivados e doentes, e pouco se tem falado sobre isso. Em muitos casos os professores chegam ao adoecimento sem serem notados e toda a qualidade da educação é colocada em risco.

Na visão de Menestrina (2001) o docente está perdendo prestígio em sua profissão o que faz com que o mesmo perca também rendimentos, dificultando sua inserção como cidadão ativo e contextualizado na sociedade.

Guarany (2012) aponta algumas possíveis justificativas para o adoecimento docente. Para a autora:

Ter perdido reconhecimento social, ter sofrido com regressão salarial, ter seu ambiente de trabalho degradado, assistir o movimento organizado de sua categoria perder força, deixar causas qualitativas e passar a lutar pelo mínimo, ver a individualização das lutas, perder autonomia diante do processo de trabalho, ser obrigado a cumprir metas que não condizem com qualidade, mas como quantidade são exigências que hoje fazem parte da rotina de um docente e com a qual muitos não convivem sem apresentar certo sofrimento e até adoecimento por isso (GUARANY, 2012, p.37)

Já na perspectiva de Rocha (2017), o adoecimento docente está relacionado a questões políticas, o autor afirma que:

O descompromisso de governos com a educação pública em geral e particularmente com os professores/as é vetor de adoecimento, por isso leis, decretos e portarias se esvaziarem em um contexto de trabalho docente sem as condições preventivas do adoecimento. Como se não bastasse a ausência de política decente de prevenção e valorização, sucessivos governos não propõem uma política de saúde, restringindo a um mísero auxílio saúde (ROCHA, 2017,p.9)

A grande questão é que, muitos são os fatores que levam ao adoecimento docente, e as mudanças no âmbito educacional brasileiro, fizeram com que hoje, a profissão docente deixasse de ser uma profissão valorizada e desejada e passasse a ser uma profissão que adoece, uma profissão que poucos jovens buscam seguir e que está cada vez mais ligada ao sofrimento. Tartuce, Nunes e Almeida (2010) mostram em seus estudos que apenas 2% dos jovens que estão no fim do ensino médio desejam cursar pedagogia no ensino superior e somente 9% pensam em cursar disciplinas da escola básica.

Guarany (2012) afirma que a questão do controle e produtividade docente tem contribuído para esse quadro atual de adoecimento. Para a autora:

O docente passa a experimentar a dualidade do trabalho desenvolvido dentro da lógica mercantilista na qual o trabalho deixa de ser uma práxis produtiva capaz de desenvolver o homem e a realizar seu potencial humano e passa a desenvolver seu trabalho como se produzisse uma mercadoria e submetido ao controle, a mecanização e a metas de produtividade que em nada lembra um trabalho realizador. (GUARANY, 2012, p.28)

A autora coloca uma questão: “O que havia acontecido ou estaria acontecendo com a sociedade moderna que transmutou o trabalho em geral e o trabalho docente em particular em máquina de morrer”? (GUARANY, 2012, p.28)

A escolha do tema se justifica pela grande necessidade em falar sobre a temática, identificar quais são as causas que levam a este cenário de adoecimento e repensar nas consequências que são geradas em todo o sistema educacional.

O sofrimento do professor, as doenças do professor, seja de qualquer nível de ensino, têm de ganhar visibilidade, alcançar o debate coletivo, pois não ser reconhecido pela sociedade como adoecido pelo trabalho e não por fraquezas ou limitações pessoais, reforça mais ainda o aspecto individual deste sofrimento e o mantém num nível que acaba sendo funcional para a manutenção do status quo (GUARANY, 2012, p.36)

A pesquisa será de natureza qualitativa, baseada em revisões bibliográficas que abordem a temática. Gonsalves (2003) caracteriza a pesquisa bibliográfica pela

identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revista, dentre outros. Segundo a autora, a finalidade deste tipo de revisão é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. Seguindo esta visão, para a realização da presente pesquisa serão selecionados livros, artigos e periódicos científicos que trazem discussões relacionadas ao trabalho docente atual e os mesmos servirão como base teórica para o desenvolvimento da pesquisa, que tem como objetivo geral Identificar através de revisões bibliográficas quais são as causas e consequências do adoecimento docente e como objetivos específicos identificar e analisar, a partir de revisão bibliográfica, as atuais condições de trabalho dos professores da educação básica e seus reflexos para o adoecimento docente, investigar como as questões políticas e meritocráticas levam ao adoecimento dos professores da educação básica e Identificar quais são os impactos do adoecimento docente para o sistema educacional.

O trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro “O gerencialismo e o adoecimento docente”, onde discutido mais especificamente como as questões do novo modelo de gestão gerencial levam ao adoecimento docente, o segundo, “Condições de trabalho e desvalorização salarial”, onde mostrado como estas questões influenciam na saúde dos professores e o por fim, “Consequências do adoecimento docente para o sistema educacional” onde será abordado quais são as consequências do adoecimento docente para o sistema educacional brasileiro

O GERENCIALISMO E O ADOECIMENTO DOCENTE

Nos dias atuais é de suma importância que a escola esteja inserida em uma era de administração moderna e de gestão democrática. Entretanto, se revisarmos e analisarmos como o gerencialismo interfere na prática docente e nas condições de trabalho dos profissionais da educação básica, perceberemos o impacto na saúde dos mesmos.

A gestão escolar e sua organização faz-se necessária para que os objetivos escolares sejam atingidos priorizando, é claro, o processo de ensino e aprendizagem do aluno, sendo então a administração escolar de extrema importância para que este objetivo possa ser atingido.

A escola como instituição deve ser administrada a partir de suas especificidades, ou seja, por meio de práticas políticas, sociais e pedagógicas. Portanto sua gestão se diferencia da administração em geral ou até mesmo da administração empresarial, entendendo que suas particularidades e responsabilidades devem ser respeitadas. Neste sentido, Paro afirma que:

Assim sendo, qualquer que seja o caminho que venham a tomar as políticas públicas dirigidas à superação da atual escola básica, há que se ter como horizonte uma administração e uma direção escolar que levem em conta a educação em sua radicalidade, contemplando sua especificidade como processo pedagógico e sua dimensão democrática como práxis social e política. (PARO, 2010, p.15)

Apesar de todas as especificidades da administração escolar, abordaremos neste capítulo uma corrente que entende que a administração escolar pode se pautar na administração geral, trazendo para o âmbito educacional uma gestão baseada em metas e desempenho, trata-se do gerencialismo.

O termo “gerencialismo” surgiu em 1991, em um artigo publicado por Christopher Hood e segundo Shepherd e Valencia, também pode ser chamado de “Nova gestão pública, novo gerencialismo, nova gerência pública ou gerência baseada no desempenho”.

Nós vamos nos referir à nova abordagem como gerencialismo (também denominada novo gerencialismo, nova gerência pública, ou gerência

baseada no desempenho). O modelo promete substanciais ganhos na eficiência e transparência (e, por consequência, na *accountability*) da administração pública. Ele é de particular interesse nesse ensaio devido à enorme curiosidade que despertou na América Latina. (SHEPERD; VALENCIA, 1991, p.108)

As ideias gerencialistas chegaram ao Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente em 1995 quando Luiz Carlos Bresser Pereira organizou a Reforma da administração pública.

Uma nova forma de pensar o aparelho do Estado e sua gestão foi aos poucos surgindo. Foi o conjunto dessas ideias – o modelo da reforma gerencial – sua consistência interna e sua capacidade de responder às reais necessidades da administração pública e do país, que garantiram a continuidade e a consolidação da reforma. (BRESSER, 2002, p.29)

Segundo Bresser Pereira (2002) o gerencialismo surgiu como resposta a globalização e a democracia burguesa, principais forças dominantes da época.

Se a reforma burocrática foi a primeira reforma administrativa na história do capitalismo, a reforma da gestão pública é a segunda. A nova gestão pública é uma resposta àquelas duas grandes forças que definiram o Século XX e às demandas nelas envolvidas. Uma resposta que a administração pública burocrática não lograva dar. Essa reforma é, portanto, uma resposta à globalização na medida em que esta torna absolutamente claro que os países não são mais inimigos uns dos outros. (BRESSER PEREIRA, 2002, p.31).

No modelo gerencial a administração pública começa a trazer ferramentas que antes eram restritas da administração privada, visto que um dos objetivos da Reforma do Aparelho de Estado foi “limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada” (BRASIL, 1995, p.45)

Segundo Shiroma (2018, p.4) “o gerencialismo difundiu-se como um “canto de sereia” associado a ideia de um Estado enxuto, eficiente, ágil, modernizado, desburocratizado entre outras qualidades”.

As ideias gerenciais chegaram no âmbito educacional através dos neoliberais que segundo Shiroma (2018):

Semearam um diagnóstico de que os problemas educacionais resultavam da ineficácia da gestão. Argumentavam que não faltavam recursos para a área, apenas eram mal geridos; faltava, portanto, profissionais eficazes dotados de competências para gerenciá-los (p.4,5).

Os discursos neoliberais e a ideia de um Estado mais ágil e modernizado levaram a um período de profissionalização dos gestores e professores, movimento que segundo Shiroma 2018 “colocou os diretores de escola no centro das agendas, responsabilizando-os pelo desenvolvimento de escolas eficazes”.

A grande questão é que, com as ideias gerenciais ganhando força dentro da administração escolar, a mudança no âmbito educacional também foi significativa, visto que a partir daí, com os diretores sendo responsáveis pelo desenvolvimento de escolas consideradas eficazes, a necessidade de cumprimento de metas começa a fazer parte do cotidiano dos professores, que foram submetidos a intensificação do trabalho e uma maior responsabilização individual, que afeta diretamente a saúde dos mesmos.

A busca por uma escola considerada eficaz, leva os diretores e coordenadores a fiscalizarem severamente o trabalho dos docentes, que muitas vezes se sentem pressionados e sem autonomia para trabalhar. Essa questão aparece nas pesquisas de Silva e Alves (2012) quando os mesmos analisam que “No que tange ao cotidiano do trabalho na escola, a maioria afirma que houve a intensificação do controle em relação às atividades desenvolvidas” (p.13).

O controle excessivo, por parte dos gestores, além de deixar muitos professores desanimados pela falta de autonomia para se trabalhar, contribui diretamente para problemas como ansiedade e estresse, que segundo uma pesquisa online realizada pela página *online* Nova Escola, são problemáticas que aparecem com maior frequência no que diz respeito a saúde dos professores: “Entre os problemas que aparecem com maior frequência estão a ansiedade, que afeta 68% dos educadores; estresse e dores de cabeça (63%)” (TEIXEIRA, 2018).

Outro fenômeno da nova gestão que contribui diretamente para o adoecimento dos professores, é o cumprimento de metas. Numa gestão onde o foco é alcançar resultados, são considerados privilegiados aqueles que obtêm maior desempenho. Essa lógica está muito presente nas escolas atuais que constantemente buscam bons resultados em pesquisas e rankings o que leva os profissionais do ensino a serem bombardeados de metas que precisam ser cumpridas, criando assim, um ambiente de competitividade entre os profissionais e debilitando a saúde dos mesmos.

Em sua pesquisa, Silva e Alves (2012) afirmam que:

Os docentes começam a ser identificados na escola por sua produtividade, medida pelo envolvimento nas atividades propostas e eficiência no cumprimento dessas ações, tornando-se uma referência para a seleção e premiação dos melhores profissionais ou punição dos descompromissados. (p.13).

Outra questão que pode ser levada em consideração é que, no modelo gerencial, a satisfação do cliente é algo extremamente importante e no caso da escola como os clientes são os pais e a comunidade escolar, eventos como a “casa aberta”, “dia da família”, “festa junina” e apresentações em datas comemorativas se tornam essenciais para mostrar aos “clientes” como o trabalho está sendo realizado dentro da escola. Logo, a gestão escolar dá muita importância para esses momentos, levando os docentes a criarem projetos, danças, apresentações teatrais, atividades para exposição, dentre outros.

O problema é que, além das intensas jornadas de reuniões para planejamento de tais eventos, essas atividades consomem muito tempo extra dos professores, ultrapassando a carga horária de trabalho dos mesmos e causando um grande cansaço físico e emocional, atingindo diretamente a saúde dos docentes.

Em uma pesquisa sobre o trabalho docente, Pessoa (2017) conclui que:

É recorrente também que a jornada de trabalho dos professores não termina na escola, eles desenvolvem grande parte de suas atividades escolares em casa, no período noturno, ou quando não estão no horário de trabalho, ou no final de semana. Considerando que a grande maioria desses profissionais trabalham dois turnos, uma quantidade mínima de professores observados apresenta disponibilidade de tempo para qualquer conversa solicitada. Quase

a totalidade delas está sempre correndo contra o relógio, ficando além do horário na escola, aflitos para dar conta de concluir as atividades previstas. (Pessoa, 2017 p.4-5)

Luís Gustavo Alexandre da Silva e Miriam Fábila Alves (2012), ao realizarem uma pesquisa de campo com o objetivo de analisar as alterações na gestão e na organização do trabalho escolar com o novo modelo administrativo-gerencial em três escolas goianas, notaram que a maioria dos professores se sentem sobrecarregados:

Em relação ao trabalho do professor, a maioria afirma que há significativa intensificação deste, associada à concreta ampliação da jornada e a realização de reuniões coletivas em horários que extrapolam a carga horária. Os docentes esclarecem que o processo de organização e realização dos projetos e eventos na escola consome um tempo significativo e exige efetiva participação na execução. (SILVA; ALVES, 2012, p.13)

Como podemos ver, o modelo gerencial, apesar de estar cada vez mais presente nas escolas brasileiras, afeta diretamente a saúde dos professores da educação básica, que vivem em uma realidade de pressão e fiscalização por parte dos gestores onde precisam cumprir metas e se submeterem a intensas jornadas de trabalho para conseguirem destaque e prestígio dentro do ambiente escolar, que na maioria dos casos já está contaminado pelo clima de competitividade entre os colegas de trabalho.

Neste sentido, Guarany (2012), em uma pesquisa sobre o trabalho docente coloca uma questão: “Como manter a saúde em um ambiente no qual as mudanças apontam para a inserção de elementos que desqualificam cada vez mais trabalho docente?”

Porém, não é só o gerencialismo que leva ao adoecimento docente, mas sim, um conjunto de problemáticas políticas como a desvalorização salarial e as condições de trabalho por exemplo, temáticas estas que serão abordadas no próximo capítulo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E DESVALORIZAÇÃO SALARIAL

Além do modelo de gestão gerencial abordado no capítulo anterior, outras problemáticas políticas contribuem para o adoecimento dos professores da rede básica de ensino, dentre elas, a desvalorização salarial. Considerando essa discussão, Vicentini e Lugli (2009) argumentam que:

Com esse quadro da situação atual do professorado no Brasil se produz uma imagem dos seus membros que pode ser sistematizada da seguinte forma: um profissional mal preparado e com uma remuneração insuficiente que goza de pouco prestígio na sociedade e cuja legitimidade está sob constante ameaça. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.156).

A desvalorização salarial que os professores sofrem, leva-os a se submeterem a jornadas duplas e triplas de trabalho diário em busca de melhores condições de vida. O problema é que essas intensas jornadas de trabalho, em que os professores precisam ficar horas em pé ou na mesma posição contribuem para o desenvolvimento de diversas doenças, dentre elas, uma das maiores epidemias da sociedade moderna: os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).

Sobre este problema Coelho et al. (2010) afirmam que:

No cenário da atividade do professor, identificam-se gestos críticos, posturas inadequadas e condições ergonômicas errôneas que podem ser fatores predisponentes na formação do DORT, tais como: escrever no quadro negro por longo período com elevação dos membros superiores (MMSS) acima da cabeça, digitar provas e aulas, corrigir trabalhos e provas entre outras. Isso leva a um estresse biomecânico no ombro, predispõe a lesões e leva a sensações desagradáveis tanto do ponto de vista físico como mental (p.4)

Ainda sobre essas lesões osteomusculares, Mango et al. (2012) concluem que:

Em relação aos professores, as lesões e/ou alterações osteomusculares mais comuns são a protrusão da cabeça e dos ombros, a hiperlordose cervical e lombar, a cervicobraquialgia, a lombociatalgia, as algias vertebrais, a bursite do ombro, a escoliose, as tendinopatias do punho e as síndromes compressivas do complexo punho-antebraço. Os sinais e os sintomas referidos englobam dores, parestesias, limitações funcionais, inflamação, diminuição da força muscular (principalmente no tronco e nos membros inferiores), tensão muscular (principalmente no pescoço e na cintura escapular), retrações musculares e limitações articulares, câibras, cefaleia,

problemas circulatórios, irritabilidade geral e estresse orgânico e mental, além de sensação de peso e fadiga (p.787).

Como podemos ver, os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho fazem parte do cotidiano dos professores, logo, aqueles que por conta da desvalorização salarial trabalham mais de um período por dia, acabam duplicando ou triplicando as chances de desenvolver algum desses distúrbios, em muitos casos chegando a adoecer e precisar de licença médica.

Outro grande problema que as intensas jornadas de trabalho gera nos professores da educação básica são os problemas vocais, visto que, o professor utiliza de sua voz o tempo todo. Um professor de educação básica que não recebe uma renda justa e se submete a um período triplo de trabalho diário, por exemplo, usa sua voz por pelo menos dez horas diárias.

Sobre esta problemática, Silva et al. (2016) nos mostram que:

O professor é o profissional da voz mais investigado na área de voz e mais suscetível a distúrbios da voz, devido à multifatorialidade característica do seu contexto de trabalho. Existe um grande número de professores que apresentam relatos de distúrbio de voz em algum momento de suas vidas, sejam eles eventuais ou frequentes. Estudos referem que um a cada dois professores que estão em atividade apresentam queixas e/ou sintomas de algum tipo de distúrbio de voz (p.2).

Em uma pesquisa sobre ausência no trabalho, Medeiros e Viera (2019) concluem que o principal problema que afastou o professor da educação básica da sala de aula brasileira entre os anos de 2015 a 2016 foi relacionado a voz.

Assim como os distúrbios osteomusculares, os problemas vocais causados pelas jornadas extras de trabalho, levam ao adoecimento dos professores da educação básica brasileira, que mais uma vez tem sua saúde afetada por questões políticas. Porém, além da desvalorização salarial afetar a saúde física dos professores, ela afeta também a saúde mental dos mesmos, que além de não serem devidamente valorizados financeiramente, assistem hoje, sua profissão perder prestígio a cada dia.

Neste sentido, Guarany (2012) afirma que:

Se até meados do século XX a carreira de professor mantinha-se de certa forma distante da lógica capitalista, pois tinha como maior empregador o Estado-providência, a imposição de um Estado mínimo pelo neoliberalismo, faz com que cheguemos ao final deste século com a desqualificação da atividade docente e do próprio docente que sofre pela perda crescente da autonomia, pelo baixo reconhecimento social, e por ter consciência de que o produto do seu trabalho está muito aquém do que ele, docente, sabe ser capaz de produzir. A própria desvalorização salarial que sofre a categoria é retrato da desvalorização do professor que se sente desconsiderado pelo Estado e pela própria sociedade (p.35).

A grande questão é que, atualmente os professores brasileiros estão cada vez mais doentes, e a desvalorização salarial dos mesmos, contribui para esse quadro de profissionais cansados, enfraquecidos e debilitados que além de não serem devidamente remunerados, o que acaba desvalorizando a carreira dos mesmos, precisam lidar diariamente com péssimas condições de trabalho, motivo este que também contribuiu para o adoecimento. A chegada do neoliberalismo afetou diretamente a educação pública brasileira e as condições de trabalho dos professores da educação básica. Neste sentido Guarany (2012) afirma que:

Este cenário muda com a adesão brasileira aos princípios defendidos pelos órgãos financeiros internacionais no Consenso de Washington e marca a submissão do Brasil a lógica neoliberal, que vai se traduzir em uma violenta ofensiva contra estas conquistas, dentre elas a educação pública e universal e o reposicionamento do Estado diante do espaço público, impactando estruturalmente a educação e seus trabalhadores. Passam a conformar este cenário a desqualificação da educação, o desmonte dos seus equipamentos sociais, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização das relações de trabalho dos professores bem como na falta de investimentos nesta área (p.27).

A grande questão é que, por conta das mudanças políticas do nosso país, ao longo dos anos os professores não só passam a ter seus salários reduzidos, mas também, são submetidos a péssimas condições de trabalho que muitas vezes os levam a adoecer. Salas de aula superlotadas, falta de recursos para se trabalhar e infraestrutura precária fazem parte hoje do cotidiano de qualquer professor da educação básica brasileira.

Em uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos professores do ensino fundamental I da rede pública de João Pessoa, Mariano e Muniz (2006) concluíram que:

A ausência de recursos didáticos torna ainda mais limitado o trabalho das professoras, visto que as impossibilita de executar suas atividades satisfatoriamente, pois o planejado não é realizado, gerando um desconforto para alunos e mestres. As professoras, de maneira geral, se deparam tanto com as limitações dos recursos utilizados em suas atividades em sala de aula, como também com a carência para adquirir os recursos e materiais didáticos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho. Todas as professoras apontam que a ausência de recursos dificulta o seu trabalho (p.8).

Já uma pesquisa mais recente realizada pela revista Veja São Paulo em 2018, apontou que 18,9% das unidades de escolas estaduais de ensino fundamental não possuem biblioteca ou mesmo uma sala de leitura, apenas 28% possui quadras de esportes e somente 14,3% tem parquinho (ROMANO. FREIRE, 2018).

Além da falta de recursos para se trabalhar, os professores precisam ainda lidar com a infraestrutura precária das escolas públicas, que em muitos casos, além de não contarem com estruturas básicas para uma boa educação dos alunos, como bibliotecas, quadras, salas de jogos, dentre outros, oferecem riscos acidentais aos alunos, professores e funcionários. Na pesquisa mencionada acima, a revista Veja São Paulo colheu depoimentos de 14 professores de educação básica do estado, onde todos relataram situações de precarização extrema nas instituições, incluindo alagamentos e vidros trincados (ROMANO. FREIRE, 2018).

Em um cenário de desvalorização salarial, falta de estrutura e de recursos para se trabalhar os professores do ensino básico brasileiro ainda precisam lidar com salas de aulas superlotadas, em muitos casos sem um monitor ou auxiliar.

A grande questão é que, a falta de investimento no âmbito educacional, leva os docentes a adoecerem cada vez mais. Se analisarmos que o professor de educação básica vive atualmente uma realidade de cobrança excessiva por metas e desempenho, não tem um salário digno e precisa lidar com salas de aula superlotadas e falta de recursos e estruturas para se trabalhar, mais fácil fica de compreender o aumento de casos de professores doentes.

Essas problemáticas políticas, além de afetar a saúde física dos professores, contribuem para um quadro de professores depressivos e não realizados

profissionalmente, aumentando os casos de doenças psicológicas, como a síndrome de Burnout, por exemplo.

A síndrome de Burnout é um distúrbio psíquico relacionado a depressão que segundo Maslach (1993) é constituída de três dimensões, exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho. Sobre a autorrealização ou realização pessoal, Menestrina e Menestrina (2001) afirmam que:

A pessoa é auto-realizada (SIC) no momento em que se encontra desprovida de enfermidades, quando utiliza de maneira positiva suas capacidades, quando se acha motivada por um sistema de valores e quando suas necessidades básicas foram pelo menos parcialmente satisfeitas (p.39).

Em uma pesquisa sobre a síndrome de Burnout em professores, Carlotto (2011) ao analisar alguns casos de professores que possuem a síndrome, concluiu que, das três dimensões que constituem a mesma, a baixa realização profissional foi a que mais apareceu. Concluiu também que, quanto maior a carga horária dos professores, maior é o sentimento de desgaste emocional e menor o sentimento de realização com o trabalho.

Como podemos ver, os professores da educação básica brasileira estão a cada dia enfrentando mais problemas de saúde sejam eles vocais, musculares ou psicológicos, devido à falta de investimento na área educacional e todas as problemáticas que essa falta de investimento ocasiona (desvalorização salarial da classe docente, falta de estrutura nas escolas, falta de recursos para se trabalhar, sala de aulas superlotadas, dentre outros).

O adoecimento docente, seja ele causado pelo gerencialismo ou por outras problemáticas políticas aqui discutidas, além de afetar a vida de milhares de professores, afeta também, de forma negativa todo o sistema educacional brasileiro, temática que abordaremos com mais detalhes no próximo capítulo.

CONSEQUÊNCIAS DO ADOECIMENTO DOCENTE PARA O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O crescente adoecimento dos professores da educação básica brasileira, seja ele causado pelo gerencialismo ou por outras questões vistas nos capítulos anteriores, tem inúmeras consequências que colocam em risco a qualidade do sistema educacional brasileiro. O primeiro ponto, é que, muitos professores adoecem dentro da escola e por inúmeros motivos como a falta de diálogo sobre a temática ou um olhar não atento por parte dos gestores, esses profissionais, impulsionados por suas necessidades financeiras, continuam suas atividades de trabalho normalmente. Segundo ROCHA (2017):

É fato que se adoecer em meio às reais condições de trabalho e essa decorrência nem sempre é reconhecida por peritos de saúde e por gestores/as em suas várias instâncias administrativas e pedagógicas. É mais vantajoso a distintos governos (municipais, estaduais, federal e do Distrito Federal), ao sistema educacional e aos peritos da saúde atribuírem ao profissional da educação que adoecer a “culpa” à realidade externa do mundo do trabalho como justificativa para escapar da corresponsabilidade com o processo de adoecimento e de sua superação, reforçando ainda mais o sofrimento (p. 03).

O grande problema é que um professor que está adoecendo, seja por problemas vocais, osteomusculares ou psicológicos, além de comprometer ainda mais sua saúde no dia-a-dia de trabalho, compromete também a qualidade de suas aulas, visto que o mesmo pode estar sentindo dores, não ter voz ou estar com o psicológico abalado no momento em que conduz as mesmas. Porém, esse professor doente, mesmo nessas condições continua trabalhando e cumprindo todas as suas responsabilidades com a turma e com a escola em si, o que reflete no aprendizado das crianças e também no ambiente de trabalho.

Além desses professores que continuam na escola adoecidos, existem aqueles que são afastados por problemas de saúde, o que acarreta em outros problemas que afetam a qualidade da educação, visto que, um professor afastado de suas funções é substituído por outro profissional, gerando uma rotatividade de professores, o que interfere na relação professor-aluno afetando o desenvolvimento escolar das crianças. Azevedo (2012) ao pesquisar sobre a rotatividade de professores no estado do Paraná, concluiu que:

Teve-se a oportunidade de conhecer problemas prioritários para serem combatidos, a rotatividade dos professores estava presente como problemas prioritários no desempenho dos alunos e da escola. O diagnóstico proporcionado pelo programa colocou em evidência a problemática aos profissionais que atuam na instituição revelando as dificuldades para a manutenção do trabalho pedagógico da escola, visto que a cada troca de professor, há ruptura no trabalho, em alguns casos de forma sutil, e, em outros, de forma mais severa (p.05).

A autora afirma que: “Em relação ao processo de ensino e aprendizagem, a rotatividade docente, conforme o levantamento realizado interfere no desenvolvimento da aprendizagem do aluno” (AZEVEDO, 2012, p.05).

Na perspectiva de Duarte (2009), a rotatividade de professores também afeta o processo de ensino e aprendizagem, para o autor:

Outro dos problemas recorrentemente apontados como responsável pelo mau desempenho dos alunos em termos de aprendizado é a elevada rotatividade de professores ao longo de um mesmo período letivo. As descontinuidades geradas nessas trocas e a natural demora na adaptação na relação professor-aluno implicam num prejuízo do processo de ensino-aprendizagem dificultando a formação de capital humano dos alunos (p. 10).

O afastamento de professores, além de afetar diretamente a relação professor-aluno prejudicando o processo de ensino-aprendizagem, afeta também a relação professor-escola, visto que o professor substituto deverá integrar-se ao trabalho coletivo de determinada escola, o que segundo Fusari (1993) demanda tempo. Para o autor:

Uma exigência do trabalho coletivo é a ampla clareza que os educadores devem ter da situação da Unidade Escolar, de seus problemas, das causas desses problemas e do contexto no qual se manifestam. [...] Trabalhar coletivamente é então, algo a ser conquistado a médio e a longo prazo, que exige disponibilidade de cada uma das pessoas envolvidas no processo. (p.71).

Em alguns casos, os professores que adoecem precisam ser readaptados, de acordo com a Casa Civil do Estado do Paraná, segundo a Lei nº 6174 de 1970, no Capítulo XVII:

Art. 119. Readaptação é o provimento do funcionário em cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual e vocação, podendo ser realizada ex-offício ou a pedido do interessado.

No Estado de São Paulo, de acordo com Antunes (2014), no primeiro quadrimestre de 2013 a rede pública de ensino contabilizou 14.340 professores readaptados por motivo de doença. No período de 2011 a 2013 a taxa de crescimento de professores readaptados foi de 24,9% no Estado.

Um dos grandes problemas do afastamento e da readaptação de professores consiste na volta dos mesmos ao trabalho, visto que, na maioria dos casos, a escola encontra-se da mesma maneira de quando os mesmos foram afastados ou readaptados. Macaia e Fischer (2015), ao realizarem uma pesquisa sobre o retorno dos professores ao trabalho, concluíram que:

Compreendeu-se que, para abordar o retorno ao trabalho, é necessário examinar a rede de causas relacionadas aos afastamentos. Tal assertiva, embora pareça óbvia, repousa justamente no pressuposto de que os trabalhadores e os professores deste estudo retornam ao trabalho em condições semelhantes àquelas que influenciaram o adoecimento e o afastamento. Se fossem tomadas medidas de melhorias das condições e organização de trabalho na escola, como, por exemplo, em relação aos aspectos psicossociais, estas beneficiariam toda a comunidade escolar, não apenas os professores ativos e readaptados (p.05).

Como podemos ver, o adoecimento docente gera diversas complicações para o sistema educacional brasileiro, destacando-se os afastamentos e readaptações de professores que modificam toda a organização interna da escola e a relação professor-aluno influenciando no aprendizado dos mesmos. Porém, além dos fatores internos a escola, o adoecimento docente também contribui para outras problemáticas, dentre elas, a desvalorização da carreira docente. O que antes era considerado uma profissão de prestígio e reconhecimento social, hoje é uma profissão associada as péssimas condições de trabalho e cada vez mais relacionada ao sofrimento. Em seus estudos Tartuce, Nunes e Almeida (2010) mostram que apenas 2% dos jovens de hoje desejam cursar pedagogia no ensino superior.

A grande questão é que, o adoecimento docente tem crescido a cada ano e afetado o sistema educacional brasileiro dentro e fora da escola. Gastos com

professores substitutos, rotatividade de professores nas escolas, complicações no processo de readaptação, comprometimento do trabalho em equipe, profissionais trabalhando adoentados, problemáticas na relação professor-aluno e a desvalorização da profissão docente são fatores decorrentes do adoecimento que colocam em risco a qualidade da educação. Neste sentido, Rocha (2017) em seus estudos sobre o adoecimento dos professores coloca uma importante questão:

Adoecer em situações condicionadas e produzidas no exercício da profissão professor tem um contorno diferente de outras profissões, não pelo fato de ser a melhor, mas por ser a propulsora de outras profissões que passam pelos bancos escolares em seus vários níveis e modalidades. Deve-se também ao fato de que a profissão professor ser mediação para o crescimento social, político, econômico, cultural, entre outras mediações de igual valor (p.03).

Como podemos ver, a profissão professor é propulsora de outras profissões, por isso, o adoecimento docente e suas consequências devem alcançar visibilidade por parte dos gestores escolares para posteriormente alcançar as demais categorias da sociedade reduzindo assim os casos de adoecimento de professores e os impactos do mesmo no sistema educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que, a chegada do gerencialismo no âmbito da administração pública brasileira, mais especificamente dentro da administração escolar, apesar de estar associada a ideia de um Estado ágil, eficiente e desburocratizado, colocou uma grande responsabilidade nos diretores de escola, trazendo para a realidade dos professores da educação básica uma grande necessidade de cumprimento de metas e uma maior responsabilização individual.

O grande problema é que, essa necessidade em cumprir metas, a fiscalização por parte dos gestores e a perda de autonomia no trabalho, leva os professores da educação básica a viverem uma realidade de pressão e intensificação do trabalho, afetando assim a saúde desses professores.

Neste sentido, o gerencialismo pode ser considerado uma das causas do adoecimento docente, que como foi visto anteriormente, tem crescido a cada ano.

Porém, podemos analisar durante o presente trabalho que o adoecimento docente não se resume ao gerencialismo e suas características, mas a um conjunto de problemáticas políticas, como as péssimas condições de trabalho na qual os professores da educação básica brasileira são submetidos diariamente, a falta de recursos para se trabalhar e também a intensa desvalorização salarial que sofre a categoria docente.

Os professores do ensino básico brasileiro além de se submeterem a intensas jornadas de trabalho diárias, estão vivendo uma realidade de falta de materiais para se trabalhar, péssimas infraestruturas escolares e salas de aula superlotadas, características estas que resultam em problemas psíquicos, osteomusculares ou vocais, principais aspectos relacionados ao adoecimento de professores.

Muitas são as causas que podem levar ao adoecimento docente, e como podemos ver, esse adoecimento dos professores da rede básica de ensino no Brasil, colocam em risco a qualidade da educação, visto que, o adoecimento leva a um grande número de profissionais afastados ou readaptados o que afeta a relação professor-aluno e também o trabalho coletivo nas escolas.

Além disso, o número de professores adoentados contribui para o quadro de desvalorização da carreira docente, fazendo com que hoje em dia pouquíssimos jovens busquem seguir essa profissão.

O que se pode concluir é que as principais causas do adoecimento docente no âmbito da educação básica brasileira estão relacionadas a questões políticas e a crescente desvalorização da educação. A falta de investimento na área coloca em risco a qualidade da mesma e contribui para o quadro de professores cansados e adoentados.

A grande questão é que, apesar do adoecimento docente ser um fator crescente na realidade da educação básica brasileira e trazer diversas consequências para o profissional doente e para o sistema educacional, ainda vivemos uma realidade de pouco debate coletivo sobre a temática. Atualmente, tanto nos cursos de graduação como na formação continuada, pouco se fala sobre o adoecimento de professores, suas causas e suas consequências.

Essa falta de diálogo leva os gestores e demais profissionais da educação a enfrentarem dificuldades para identificar quando o professor está adoecendo, e essa falta de olhar atento faz com que muitos professores adoeçam dentro da sua instituição escolar sem serem notados pelos colegas de profissão e gestores.

No presente trabalho, podemos ver diversas causas que levam ao adoecimento dos professores da educação básica brasileira e as inúmeras consequências que esse adoecimento gera na vida do profissional e no sistema educacional. É certo que, o adoecimento dos professores afeta negativamente a vida dos mesmos e coloca em risco a qualidade da educação, por isso, além das questões políticas que afetam esse quadro e estão fora do controle dos profissionais da educação, o adoecimento docente precisa ganhar visibilidade no âmbito escolar e alcançar o debate coletivo para que assim, os gestores e demais profissionais da educação possam prevenir, reduzir os danos e os números do adoecimento para que futuramente, apesar de todas as problemáticas políticas a qualidade da educação e o prestígio da profissão voltem a ser reestabelecidos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, S.M.P.S.N. Readaptação e identidade docente: um relato de pesquisa. *Cadernos de Educação*, v.13, n.26, p.149-58, 2014.

AZEVEDO, K.A.A. Rotatividade docente e suas implicações no contexto escolar. Artigo Científico apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE do Governo do Estado do Paraná. Londrina, 2012.

BRASIL - ESTADO DO PARANÁ. Lei n.6174. Estabelece o regime jurídico dos funcionários civís do Poder Executivo do Estado do Paraná. Curitiba, 16 de novembro de 1970.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

BRESSER PEREIRA, L.C. Uma resposta estratégica aos desafios do capitalismo global e da democracia. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Balanço da reforma do Estado no Brasil: a nova gestão pública*, p.29-35. Brasília: Seminário de 06 a 08 de agosto de 2002.

CARLOTTO, M.S. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 403-410, 2011.

COELHO, C.T.; DIAS, D.; NETO, MANSUETO; MATOS, M.A. Prevalência da síndrome do ombro doloroso (SOD) e sua influência na qualidade de vida em professores de uma instituição privada de nível superior na cidade de Lauro de Freitas, Bahia. **Revista baiana saúde pública**; n.34, s.1, 2010.

DUARTE, R.G. Os determinantes da rotatividade dos professores no Brasil: uma análise com base nos dados do SAEB 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Ribeirão Preto. 2009.

FUSARI, C.J. José. A construção da proposta educacional e do trabalho coletivo na unidade escolar. *Série Ideias*, São Paulo, n. 16, p. 69-77, 1993. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/prp_a.php?t=006 Acesso em: 01 de Agosto de 2019.

GUARANY, A.M.B. Trabalho docente, carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes. **Revista educação por escrito – PUC/RS**. v.3, n.1, 2012.

HOOD, C. A public management for all seasons? **Public Administration**, v. 69, p.3-19, Spring, 1991.

MACAIA, A.P.S.; FISCHER, F.M. Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. *Saude soc.*, v. 24, n. 3, p.841-52, 2015 .

MANGO, M.S.M.; CARILHO, M.K.; DRABOVSKI, B.; JOUCOSKI, M.; GARCIA, M.C.; GOMES, A.R.S. Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR). **Fisioterapia e Movimento**, v.25, n.4, p.785-794, 2012.

MARIANO, M.S.S.; MUNIZ, H.P. Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, a.6, n.1, 2006.

MASLACH, C. Burnout: A Multidimensional Perspective 1993. Em: Schaufeli, W.B.; Maslach, C.; Marek, T. Professional burnout: recent developments in theory and research. New York: Taylor & Francis, p.19-32, 1993.

MEDEIROS, A.M.; VIEIRA, M.T. Ausência ao trabalho por distúrbio vocal de professores da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, s.1, 2019.

MENESTRINA, T.C.; MENESTRINA, E. Auto realização e qualidade docente. 2º edição. Est Edições, Porto Alegre, 2001.

PARO, V.H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n.3, p. 763-778, 2010.

PESSOA, V. I.F. Intensificação do trabalho docente e alteração da saúde do professor do ensino fundamental. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v.6, p.1-19, 2017.

ROCHA, C.C. Adoecimento de professores/as: o processo e o contexto pós readaptação funcional. 2017

ROMANO, G. FREIRE, D. Escolas sem livros, sem quadra, sem aulas. Revista Veja. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/sem-livro-sem-biblioteca-sem-estrutura/>> acesso em 05 de julho de 2019.

SHEPERD, G.; VALENCIA, S. Modernizando a administração pública na América Latina: problemas comuns sem soluções fáceis. **Revista do Serviço Público**, v.120, n.03, ano 47, Brasília, 1996.

SHIROMA, E.O. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: diálogos em educação**, v.27, n.2, p.88-106, 2018.

SILVA, G.J.; ALMEIDA, A.A; LUCENA, B.T.L.; SILVA, M.F.B.L. Sintomas vocais e causas autorreferidas em professores. **Revista CEFAC**. v.18, n.1, p.158-166, 2016.

SILVA, L.G.A.; ALVES, M.F. Gerencialismo na escola pública: contradições e desafios concernentes a gestão, a autonomia e a organização do trabalho escolar. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação , v. 28, p.665-81, 2012.

TEIXEIRA, L. 66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde. Portal Nova Escola 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude> Acesso em: 16 de maio de 2019.

VICENTINI, P.P.; LUGLI, R.G. **História da Profissão Docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 234p.

